

Capacitação Solidária: uma proposta inovadora de gestão social

*Célia M. de Ávila
Programa Capacitação Solidária
Brasil*

Introdução.

Quando o Programa Capacitação Solidária lançou seu primeiro concurso de projetos, em 1996, 31% da população brasileira (48,6 milhões de habitantes) era constituída de adolescentes e jovens com idades entre 10 e 24 anos. Destes, 78% viviam em áreas urbanas. Dados demográficos mostravam que o grupo etário de 15 a 19 anos vinha crescendo significativamente, em termos absolutos, nas regiões Nordeste e Sudeste. Em 1995 era o grupo etário mais numeroso e no ano 2000 "passa a constituir uma das maiores proporções de jovens da história demográfica brasileira" (Madeira, 1998).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos a 1995, a proporção de jovens entre 15 e 24 anos sem instrução e com menos de um ano de estudo era de 7,2%, sendo 15,6 no Nordeste. A proporção de jovens dessa faixa etária com três anos de instrução, no máximo, ou seja, em situação de analfabetismo funcional, apresentava-se em torno de 22%, atingindo 40% no Nordeste. Como são necessários no mínimo quatro anos de estudo para uma pessoa superar "as barreiras iniciais de formação educacional, a situação brasileira configura um quadro de poucas oportunidades de inserção em um mercado competitivo" (CNPD, 1998).

Os dados ainda apontam que, no mesmo ano, 39% desses jovens pertenciam a famílias com rendimento per capita de até meio salário mínimo (cerca de U\$ 43,00), um número mais que expressivo de jovens à margem do mercado de trabalho e do sistema educacional. Esse baixo nível educacional e a falta de qualificação tornam cada vez mais difícil a incorporação desses jovens no mundo do trabalho.

Com um território de 8.547.403,5 km², em 1998 o Brasil contava com mais de 164 milhões de habitantes, um PIB de U\$777 bilhões, e uma renda per capita da ordem de U\$ 4.802,00, mas, segundo estudo sobre a pobreza divulgado em abril de 2000, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ficou em último lugar no que diz respeito à participação da população de baixa renda no consumo da riqueza nacional.

Apesar do nível de pobreza nacional ter sofrido uma redução de 21% em 1994 para 15% em 1997, apenas 2,5% da renda e do consumo nacional ficam com os 20% mais pobres.

O Nordeste, onde vive 30% da população, concentra 62% dos pobres do país. A busca pelo emprego e melhores oportunidades de vida acaba por impulsionar essa população para os grandes centros urbanos onde multiplicam-se os bolsões de miséria.

Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 1997, revelam que nas seis principais regiões metropolitanas do país -Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre- 4,4 milhões de pessoas trabalham no mercado informal, 7,4 milhões possuem uma relação formal e 3,8 milhões trabalham como autônomas - pagam impostos e seguridade social mas também estão inseridas no mercado informal. A evolução dos índices de desemprego no país, ainda que minorada pela expansão do setor informal, apresenta um ingrediente adicional: a questão das oportunidades de trabalho para os jovens.

Conseguem colocação no mercado de trabalho 63% dos jovens com curso superior; 54% com ensino médio e apenas 12% daqueles com ensino fundamental.

O Programa Capacitacao Solidária.

Considerando a realidade brasileira e os fatores que alimentam o círculo perverso da pobreza, em 1995, por decreto presidencial, foi criado o Programa Comunidade Solidária que elegeu como prioridades estratégicas a geração de emprego e renda, o apoio ao desenvolvimento do ensino básico e a defesa dos direitos e promoção social das crianças e adolescentes no Brasil.

O Capacitação Solidária, um dos programas prioritários do Conselho da Comunidade Solidária, implementado em 1996, foi concebido como uma alternativa para enfrentar o problema do desemprego que afeta particularmente os jovens pobres e de baixa escolaridade. É realizado em parceria com o governo e com a sociedade civil e viabilizado pela Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária (AAPCS), uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que tem por objetivo captar recursos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, para aplicá-los integralmente no desenvolvimento, implementação e acompanhamento do Programa Capacitação Solidária.

Focalização do programa.

- Capacitar profissionalmente jovens de 15 a 21 anos, de baixa escolaridade e baixa renda, que vivem nas regiões metropolitanas.
- Fortalecer as organizações da sociedade civil, através de atividades e cursos destinados ao desenvolvimento de competências e aperfeiçoamento de gestores sociais.

I - Capacitação profissional de jovens.

Os cursos financiados pelo Programa Capacitação Solidária têm em média 720 horas. São estruturados em módulo básico, módulo específico e vivência prática e executados por organizações da sociedade organizações não-governamentais, associações, sindicatos, centros comunitários, universidades e empresas de pequeno porte que tenham experiência com a população a ser atendida, disponham de oficina, espaço e equipamentos para o exercício da atividade ou constituir parcerias com essa finalidade, além de oferecer oportunidade de vivência prática em locais de trabalho fora da organização executora da capacitação.

Aspectos inovadores.

1. *O concurso de projetos* que avalia e seleciona os projetos de organizações sociais. Sua metodologia visa estimular as organizações a desenvolverem propostas inovadoras e de qualidade que explorem novos nichos do mercado de trabalho, além de democratizar o acesso aos recursos financeiros.
2. *O formato dos cursos* que trabalham, de forma integrada, conhecimentos básicos, específicos e a vivência prática, de maneira a possibilitar aos jovens o desenvolvimento simultâneo da auto-estima, sociabilidade, raciocínio lógico, autonomia, ética, crítica, disciplina, e de uma habilidade para geração de renda, valorizando e retornando os vínculos do jovem com a escola e permitir-lhes vivenciar uma situação de trabalho.
3. *O monitoramento e a avaliação de processo* que busca garantir a adequada implementação dos cursos e possibilitar às organizações estratégias e instrumentos de trabalho especialmente desenvolvidos e/ou aperfeiçoados pelo programa para este fim. O monitoramento realiza:

3.1. Seminários de orientação.

São realizados dois tipos de seminário:

3.1.1 Seminário técnico pedagógico: com 9 horas de duração, é destinado aos coordenadores

pedagógicos das organizações financiadas. Fornece informações sobre o processo de monitoramento dos cursos e aborda questões relativas ao perfil atual necessário à empregabilidade, à especificidade do público-alvo, aos procedimentos para divulgação dos cursos nas comunidades, para seleção de alunos, e para a boa implementação dos módulos básico, específico e da vivência prática.

3.1.2 Seminário técnico financeiro: com 4 horas de duração, é destinado aos coordenadores administrativos das organizações financiadas. Discute aspectos relacionados à administração de recursos e sua compatibilidade com o cronograma proposto, procedimentos para pagamento da bolsa-auxílio aos jovens, a taxa de administração das OCs e informa sobre os procedimentos do monitoramento financeiro mensal realizado por técnicos do programa. É fornecido treinamento para utilização do software para prestação mensal de contas, desenvolvido pelo programa.

3.2. Monitoramento técnico pedagógico.

Acompanha e avalia a implementação e o desenvolvimento dos módulos básico, específico e da vivência prática. Cada projeto é visitado pelo menos uma vez por mês por um monitor.

3.3. Monitoramento técnico financeiro.

Acompanha a administração dos recursos financeiros de cada projeto, realizando entrevistas mensais onde o representante de cada organização presta contas da parcela mensal recebida para financiamento dos cursos.

3.4. Oficinas.

São suporte para o processo de monitoramento e possibilitam a troca de experiências entre os monitores do programa, coordenadores e instrutores das organizações e os jovens. São realizadas dinâmicas de grupo, palestras, distribuição de materiais que abordam e/ou esclarecem dúvidas mais frequentes, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico e pedagógico dos profissionais que dela participam. São realizadas duas oficinas técnicas e uma de jovens, por concurso.

3.4.1 Oficina técnica: ocorre até o segundo mês após o início dos cursos. Fornece subsídios e promove a troca de experiências relativas à implementação do módulo básico, abordando estratégias para o desenvolvimento da auto-estima, sociabilidade, comunicação e consciência da cidadania dos jovens e as formas como esses conceitos são integrados ao módulo específico.

3.4.2 Oficina técnica: ocorre até o final do terceiro mês de execução dos cursos. Propicia a troca de experiências entre as organizações sobre o andamento da capacitação e as perspectivas relativas à vivência prática dos jovens. Proporciona reflexões sobre o mundo do trabalho e o atual perfil necessário à empregabilidade.

3.4.3 Oficina de jovens: realizada no último mês de execução dos cursos, conta com a participação de todas as organizações e de cinco jovens de cada curso, que demonstram as habilidades adquiridas, expondo seus produtos. É também realizada a avaliação das ações desenvolvidas pelo monitoramento.

De 1966 até 1999, o Programa Capacitação Solidária recebeu 4.452 projetos, selecionou e financiou 1.447 propostos por 978 organizações sociais que capacitaram 51.339 jovens em 8 regiões metropolitanas. Entre 2000 e 2001 a meta é capacitar mais 50.000, atingindo assim a marca de 100.000 jovens capacitados.

II - Cursos para capacitação de gestores sociais.

Este é outro aspecto inovador do Programa Capacitação Solidária. Após o primeiro ano de implementação dos concursos de projetos, e a conseqüente avaliação de milhares de propostas os técnicos do programa perceberam a necessidade de desenvolver competências de forma a contribuir para o fortalecimento das organizações que atuam na área social. Para isso, em 1997, foi implementado o curso Gestores Sociais e, em 1999, o curso Planejamento e Gestão de Microempreendimentos.

1. Cursos gestores sociais.

Com 80 horas de duração, fornece instrumentos básicos, técnicas, ejercicios e reflexões para o aperfeiçoamento de competências na elaboração, gestão e avaliação de projetos sociais. Seu público-alvo é constituído por profissionais que atuam em organizações sociais selecionadas ou não em concursos do programa, em organizações governamentais e Sistema Nacional de Aprendizagem. A diversidade do público-alvo visa estimular parcerias entre os vários setores que atuam na área social.

De 1997 a 1999, o programa realizou 37 cursos dessa modalidade em 10 regiões metropolitanas, atendendo 1.386 profissionais e fortalecendo 2.386 organizações sociais. No ano 2000 serão mais de 30 cursos, realizados e a serem realizados, que capacitarão cerca de 1.350 profissionais.

2. Curso planejamento e gestão de microempreendimentos.

Com 16 horas de duração, é destinado a profissionais de organizações com projetos financiados pelo programa. Transmite conceitos, normas, parâmetros e procedimentos básicos sobre as diversas formas legais de organização económica da produção de bens de serviços, incluindo o trabalho cooperativo e o autónomo. Seu objetivo é contribuir para a maior eficácia da qualidade dos serviços de capacitação profissional, fornecendo instrumental para as organizações orientarem os jovens quanto aos procedimentos necessários ao auto-emprego, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado.

Entre 1998 e 1999, foram realizados 12 cursos dessa modalidade em 7 regiões metropolitanas, capacitando 451 profissionais de organizações sociais. No ano 2000, serão realizados cerca de 20 cursos que capacitarão cerca de 900 profissionais.